

A Falácia da “inflexão econômica positiva”: algumas características da desindustrialização fluminense e do “vazio produtivo” em sua periferia metropolitana

Bruno Leonardo Barth Sobral¹

Resumo

O artigo contesta a ideia de uma “inflexão econômica positiva” desde meados da década de 1990. Ao invés da recuperação efetiva, existem indícios de uma desindustrialização relativa em curso, associada ao risco de configurar uma “estrutura oca”. Nesse sentido, a análise busca articular a problemática da economia fluminense aos impasses no processo de desenvolvimento brasileiro e sua respectiva crise estrutural.

Palavras-chave: (des) industrialização; reprimarização; região metropolitana.

Abstract

The article contests the idea of an "economic inflection positive" since the mid-1990s. Instead of effective recovery, there are indications of a relative deindustrialisation in progress, associated with the risk of setting up a "hollow structure". In this sense, the analysis seeks to articulate the problematic of the fluminense economy to impasses in brazilian development process and their respective structural crisis.

Key words: (de)industrialization; reprimarization; metropolitan region.

Estamos agora assistindo ao aparecimento de um otimismo perigoso, porque pode gerar uma atitude de quietismo, de indiferença pelos problemas. Depois de, por tantos anos, ouvirmos a lamúria dos que acreditavam que [se] estava permanentemente à beira do clássico abismo, ouvimos agora a cantiga embaladora dos que creem que, ou o abismo não existe, ou [se] é maior que o abismo (Ignácio Rangel).

¹ Professor da FND/UFRJ, Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP e ganhador como melhor tese de 2012 segundo o Prêmio Brasil de Economia do COFECON (com apoio do IPEA).

Introdução

O objetivo desse artigo será diagnosticar uma série de debilidades estruturais que restringem a competitividade sistêmica da base produtiva fluminense e os benefícios do crescimento econômico para enfrentar sua Questão Regional e Urbana, e, contribuir na reconstrução de um projeto nacional. Dessa forma, pretende-se explicitar a existência de um processo de recuperação errática de sua economia, como um todo, problematicamente (des)articulado, logo, precisando que sejam desencadeadas sinergias mais profundas para o seu avanço. Por conseguinte, espera-se deixar claro o risco de se confirmar uma “estrutura oca” com o ciclo recente de grandes investimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), ou seja, uma estrutura com sérias dificuldades para assegurar um elevado dinamismo em longo prazo e generalizá-lo na totalidade do território.

Além dessa introdução e da conclusão, o artigo está dividido em três seções. A primeira seção tratará de novos determinantes da expansão industrial fluminense. Apesar de existirem importantes fatores de dinamização, a aposta em um cenário de “inflexão positiva econômica” será questionada diante das evidências de um processo de desindustrialização em curso², o que será mais bem detalhado na seção seguinte. A segunda seção discutirá as transformações estruturais da indústria do Estado do Rio de Janeiro. A despeito da relativa “autonomia” conseguida pela produção de commodities industriais, será destacada como sua reconfiguração, não é independente da problemática nacional e sua respectiva crise estrutural. A terceira seção abordará a evolução recente da organização territorial fluminense. Mais especificamente, o problemático papel desempenhado por sua região metropolitana será ressaltado diante de sua incapacidade de gerar um espraiamento produtivo, relevante e ainda consolidar novas centralidades alternativas àquela do núcleo principal (Município do Rio de Janeiro).

² Entende-se por industrialização não o mero avanço de setores industriais, mas a consolidação de uma base de acumulação intersetorial ágil e diversificada que possui na maior diferenciação do aparelho produtivo seu motor para alcançar dinamismo próprio. Portanto, refere-se a um processo social impulsionado por uma cadeia complexa de decisões estruturantes e rivalidades estratégicas no processo de constituição de blocos de capital capazes de se autodeterminar, sob movimentos, em diferentes órbitas de valorização. Para maiores detalhes, consultar Tavares (1998).

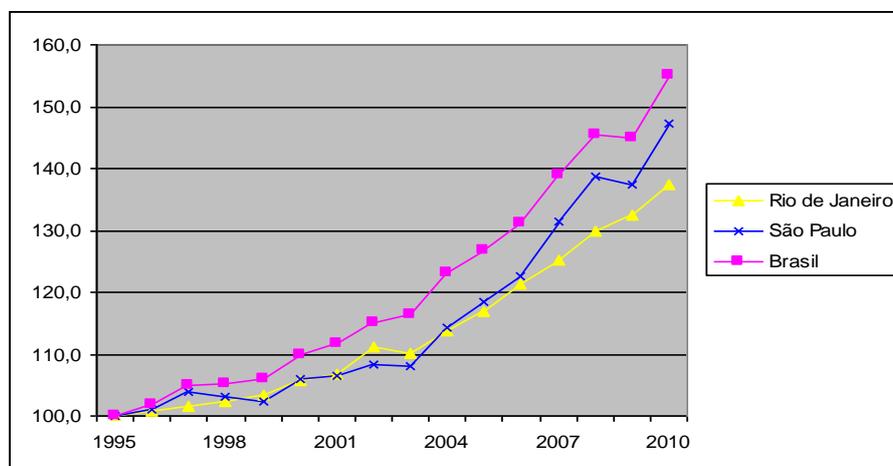
1. Algumas das principais características da dinâmica econômica fluminense e os novos determinantes de sua expansão industrial

Ainda que com raízes históricas anteriores, a partir da década de 1980, explicita-se a crise da economia fluminense, em particular, o grave debilitamento de sua região metropolitana. Não obstante, novas fronteiras de acumulação surgiram no interior e ganharam expressão no médio prazo. Diante disso, uma parcela não desprezível dos estudos sobre a evolução recente da economia fluminense ficou presa ao paradigma analítico de uma suposta “inflexão econômica positiva” já a partir de meados da década 1990, capaz de sustar a degradação precedente. Um conjunto de diversos trabalhos acompanhou esse referencial, embora a maior preocupação em aprimorar a definição seja mérito de Natal (2004/2005). Contudo, esse paradigma analítico não ficou isento de críticas, destacando-se: Osório (2007 e 2008), Sobral (2009 e 2010), Silva (2009) e Rosendo e Britto (2011).

Conforme mostra o gráfico 1, é preciso ter claro a expansão do valor adicionado bruto (VAB) fluminense, embora em breves momentos tenha ultrapassado o desempenho paulista (1999, 2001, 2002 e 2003), que foi errática e abaixo da média nacional. Chama a atenção ter sido o pior desempenho em comparação com as demais unidades da federação (crescimento de 37,3%, enquanto o do país foi 55,5%).

Nota-se que o maior avanço da economia nacional a partir de 2002 não levou a um movimento de convergência da dinâmica fluminense com a média nacional, fato que se confirma até 2010. Ao contrário do Estado de São Paulo, acentuou-se a diferença de desempenho, justamente na fase de recuperação do mercado interno brasileiro entre 2004 e 2008. Por conseguinte, verificou-se uma nova perda da participação relativa da economia fluminense no VAB nacional, chegando ao menor valor (10,6%) de toda série histórica entre 1995 e 2010.

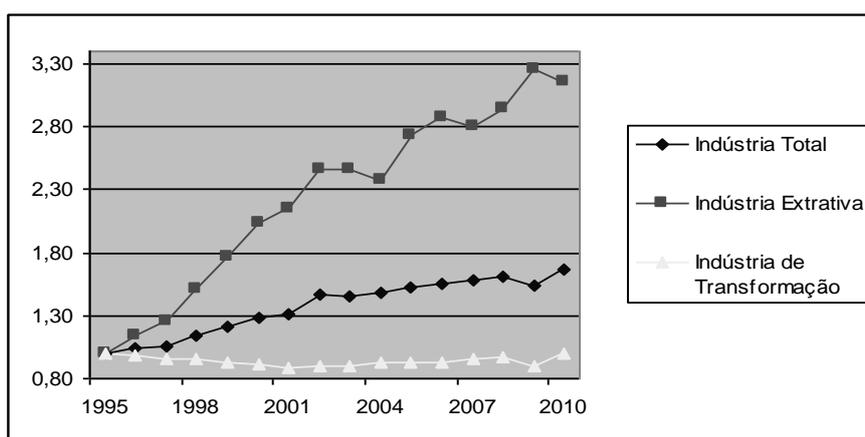
Gráfico 1 – Evolução do valor adicionado bruto para o total da economia fluminense, paulista e média nacional, 1995/2010 (1995=100)



Fonte: Contas Regionais/IBGE

Os resultados só não foram piores graças ao espetacular avanço da atividade petrolífera. É preciso ter claro o equívoco em avaliar a trajetória positiva da indústria total sem ponderações. Como mostra o gráfico 2, considerando o período 1995/2010, o elevado dinamismo da extrativa mineral (mais que triplicou seu tamanho) vem contrastando com o quadro de semi-estagnação da indústria de transformação.

Gráfico 2 – Evolução da produção física da indústria fluminense, 1995/2010 (1995=1)

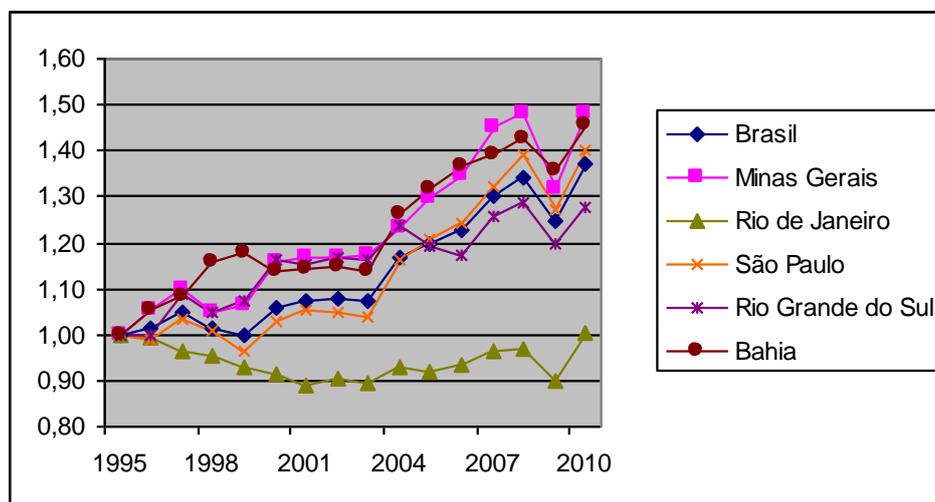


Fonte: PIM-PF/ IBGE

Apesar da indústria de transformação ainda representar em torno de 10,0% da

economia estadual, esse descolamento revela uma dinâmica econômica muito dependente do aproveitamento de recursos minerais. Por conseguinte, demonstra estar aproveitando de maneira restrita as vantagens competitivas já reveladas e aponta indícios de uma desindustrialização relativa. Esse processo possui dimensão nacional, e, sendo a base industrial fluminense uma das principais do país, não está livre de sofrer grande parte de seus efeitos deletérios. Conforme gráfico 3, comparando com as principais bases industriais regionais do país no período 1995/2010, é evidente a diferença de crescimento da produção física, revelando o pior desempenho fluminense.

Gráfico 3 – Evolução da produção física da indústria de transformação por unidades da federação selecionadas e na média nacional, 1995/2010 (1995=1)



Fonte: PIM-PF/ IBGE

Nota-se que apenas poucas atividades industriais exibiram dinamismo relevante, demonstrando a falta de elementos de impulsão recíproca, que permitissem um poder de arrasto capaz de melhorar o desempenho da indústria de transformação em seu conjunto. Segundo a tabela 1, com exceção da extrativa mineral, os únicos setores que tiveram crescimento da produção física acima da média nacional foram: Refino de petróleo e álcool, Bebidas e Veículos Automotores.

Cabe ainda assinalar o desempenho da Construção Civil. Houve uma expansão mais acentuada de seu VAB na segunda fase do último ciclo de crescimento nacional (2004/2008). Esse processo foi desencadeado com a ampliação do crédito imobiliário e

vem sendo sustentado por diversas obras do Programa de Aceleração Econômica – PAC, da Revitalização da região do Porto do Rio, da Copa do Mundo de Futebol (2014), da Olimpíada (2016), do Projeto “Minha Casa, Minha Vida” etc.

Tabela 1 – Taxa de crescimento médio anual de alguns setores industriais para unidades da federação selecionadas e na média nacional, 1995/2010

Setores	Brasil	Minas gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio Grande do Sul	Bahia
Alimentos	1,8	7,1	-2,4	0,9	-0,2	-
Bebidas	1,5	-0,9	4,2	1,1	-0,5	-
Têxtil	-0,9	-1,3	-0,4	-0,9	-	-
Refino de petróleo e álcool	1,4	1,1	1,9	0,5	1,7	8,6
Farmacêutica	3,5	-	-5,2	5,1	-	-
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	3,2	-	0,2	4,3	-	-
Outros produtos químicos	1,5	5,3	-4,0	2,5	2,2	-
Borracha e plástico	1,0	-	-3,0	1,0	0,1	0,7
Minerais não-metálicos	2,2	1,7	1,7	1,9	-	0,1
Metalurgia básica	2,2	1,2	2,0	1,6	4,5	3,7
Veículos automotores	4,6	4,1	17,5	2,4	8,6	9,4
Indústria de transformação	2,1	2,7	0,0	2,3	1,7	2,5
Indústria extrativa	7,3	3,8	8,0	-	-	-1,0

Fonte: PIM-PF/ IBGE

Em suma, consideram-se três determinantes fundamentais da expansão industrial fluminense nas últimas décadas:

- Aproveitamento da plataforma de recursos naturais disponíveis, em particular, o desempenho da atividade petrolífera.
- Atração de grandes empreendimentos, sobretudo, para segmentos industriais intensivos em escala. Especificamente, esse impulso reflete seu papel de articulação logística complementado pela prática de “guerra fiscal”.
- Rebatimentos do forte avanço da Construção Civil com o lançamento de diversos projetos imobiliários e a execução de grandes obras de infraestrutura.

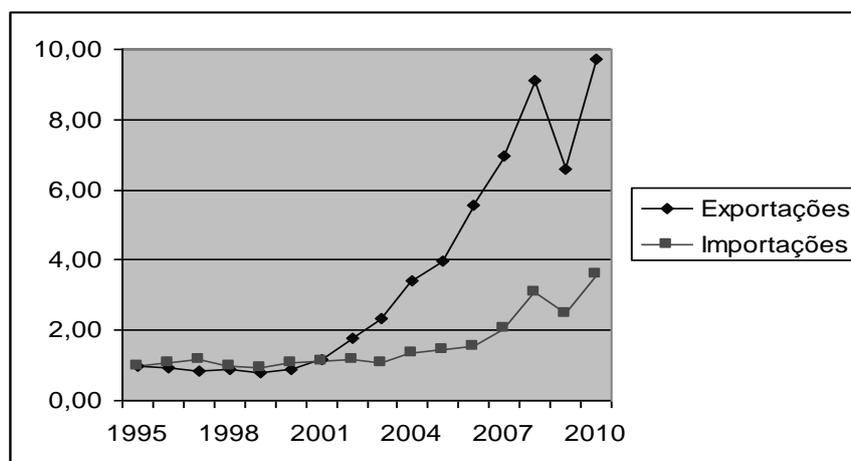
É importante assinalar que os três determinantes estão relacionados à reconfiguração

da correlação de forças dominantes, o que ocorre em duas direções. Em uma primeira direção, o papel histórico desempenhado pelo Estado no comando da acumulação produtiva estadual vem sendo retomado. Por exemplo, grande parte do “sucesso” da atividade petrolífera se deve à liderança de uma estatal: Petrobras. Além disso, destaca-se o aumento recente dos investimentos federais no Estado do Rio de Janeiro, especialmente, em grandes obras de infraestrutura. Isso sem contar os incentivos públicos para o impulso do mercado da Construção Civil.

Em uma segunda direção, vem ocorrendo de forma inédita a atuação mais destacada de empresas transnacionais na economia fluminense. Por exemplo, esse interesse externo é um desdobramento direto do “sucesso” da atividade petrolífera, levando a uma disputa por contratos de fornecimento e compartilhamento do desenvolvimento tecnológico. Além disso, as vantagens logísticas somadas à entrada na “guerra fiscal” afetam a avaliação dos investidores estrangeiros na decisão sobre a localização dos grandes empreendimentos. Por fim, uma série de megaeventos cria diferenciais competitivos que reforçam os ganhos de atratividade.

Até o momento, seus resultados positivos ficaram represados, porque, no geral, a indústria de transformação fluminense permaneceu fragilizada. Ao invés de gozar de uma “inflexão econômica positiva”, o que se revelou realmente foram os efeitos regionais de um processo de desindustrialização em nível nacional. Nesse contexto, há uma brecha aberta para a expansão de atividades associadas à tendência recente de especialização da estrutura produtiva e reprimarização da pauta exportadora. Como se mostrará ao final dessa seção e na seção seguinte, a ocorrência de ambos os movimentos é verificada na economia do Estado do Rio de Janeiro e, por essa razão, seus elementos de dinamização podem ser considerados desdobramentos da crise estrutural brasileira, ao invés de sinais de resistência às adversidades recorrentes.

Quanto à reprimarização da pauta exportadora, cabe serem discutidas as condições que permitiram aumentar o peso da demanda internacional na determinação da dinâmica econômica fluminense. Ressalta-se que isso é um fato inédito, pois historicamente era baixa sua inserção externa. Conforme o gráfico 4, vem ocorrendo sucessivos recordes do valor exportado desde o início da década de 2000 (excetuando 2009). Isso demonstra que se “engatou” no *boom* das exportações brasileiras, particularmente, a partir de 2002.

Gráfico 4 – Evolução dos valores, exportado e importado, no Estado do Rio de Janeiro (1995=1)

Fonte: SECEX/MDIC

Nota-se também que as importações, embora em menor proporção, exibem uma expansão crescente no mesmo período. Esse último aspecto sugere que a economia do Estado do Rio de Janeiro foi um dos canais de transmissão da pressão importadora que acompanhou a recuperação do mercado interno nacional entre 2004 e 2008. Em 2010, quase metade de sua pauta importadora é composta de bens de capital (21,2%) e insumos industriais (24,6%). Em outras palavras, refere-se a materiais demandados pela atividade produtiva no país, em particular, pelos grandes projetos de investimento em implantação no próprio Estado do Rio de Janeiro.

Mesmo com o aumento das importações, sua balança comercial externa continuou a apresentar consideráveis superávits nos últimos anos. Sua participação nas exportações nacionais mais que dobrou entre 1995 e 2010, passando de 4,4% para 9,9%. No entanto, é preciso ter claro que isso se deve a um estreitamento de sua pauta exportadora. Conforme tabela 2, no período do último ciclo de crescimento brasileiro, as únicas atividades que aumentaram sua participação de maneira significativa foram: extração de petróleo e serviços relacionados (expansão de 66,9%) e veículos automotores (expansão de 3,2%)³. Além disso, em 2008, observa-se que grande parcela

³ É provável que as exportações da metalurgia básica tenham também uma expansão expressiva nos próximos anos. Isso porque vem ocorrendo a implantação de diversas novas usinas de aços planos

da pauta exportadora é composta por commodities industriais: extração de petróleo e serviços relacionados (66,9%), fabricação de coque e refino de petróleo (6,0%), e metalurgia básica (3,2%).

Tabela 2 – Estrutura (%) de exportações fluminense, 2002-2008

Atividades CNAE 1.0	2002	2008	Δ08-02
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	0,0	0,0	-0,2
SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E SERVIÇOS RELACIONADOS	0,0	0,0	0,0
PESCA, AQUICULTURA E SERVIÇOS RELACIONADOS	0,1	0,0	-0,1
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL	0,0	0,0	0,0
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS RELACIONADOS	44,8	66,9	66,9
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	0,0	0,1	0,1
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	0,0	0,0	-0,6
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	0,9	0,6	-2,9
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	0,2	0,0	-0,1
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTES	0,7	0,1	-2,0
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	0,4	0,1	-1,4
PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS	0,2	0,0	-0,5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	0,0	0,0	0,0
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	0,4	0,2	-0,6
EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	0,1	0,0	-0,2
FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO	12,2	6,0	-4,4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	7,6	4,3	-6,6
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO	1,4	1,6	-1,3
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1,7	0,6	-1,3
METALURGIA BÁSICA	14,3	3,2	-41,2
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL	0,7	1,4	-1,3
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2,2	1,6	0,1
FABRICAÇÃO DE MÁQ. ESCRITÓRIO	1,1	0,0	-1,3
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	0,7	0,3	-1,4
FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E EQUIP. DE COMUNICAÇÕES	0,0	0,0	-0,4
FABRICAÇÃO DE EQUIP. INSTRUMENTAÇÃO	0,7	0,5	-0,7
FABRICAÇÃO E MONT. VEÍCULOS AUTOMOTORES	1,9	3,5	3,2
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	0,1	3,4	0,2
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS	0,5	0,2	-2,6
OUTROS	7,0	5,0	0,7
TOTAL	100,0	100,0	0,0

Fonte: SECEX/MDIC apud MOTA (2010)

Apesar das vulnerabilidades apontadas anteriormente, a dinâmica econômica fluminense poderá exibir melhores resultados no futuro próximo já que vem sendo reforçada pela demanda autônoma de grandes projetos de investimento. No entanto, é questionável sua capacidade de gerar um crescimento econômico sustentado. Por um

voltadas, principalmente, ao atendimento da demanda internacional por produtos semi-acabados (como exemplo, plantas da CSA, WISCO e Ternium).

lado, ainda é grande sua dependência da ampliação do mercado interno brasileiro e há um cenário de incertezas sobre a possibilidade de a economia nacional retomar um processo de desenvolvimento acelerado e com maior controle das contas externas⁴. Por outro lado, sua maior inserção externa é bastante restrita e, em grande medida, associada aos riscos que envolvem a reprimarização da pauta exportadora.

Nesses termos, o problema estará mais voltado para a qualidade do crescimento econômico, ou seja, a discussão sobre a estrutura necessária para assegurá-lo no longo prazo, com consistente geração de emprego e renda. Para melhor compreensão disso é preciso que se discutam as transformações estruturais em sua indústria e sua reorganização territorial no período recente (em particular, segundo a ótica do papel desempenhado pela região metropolitana). Isso será realizado nas próximas seções.

2. Transformações estruturais na indústria do Estado do Rio de Janeiro

Uma das grandes dificuldades a se enfrentar para o maior desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro é o desconhecimento das contradições de seu padrão de acumulação. Independente da dimensão dos grandes investimentos que vem sendo realizados cabe alertar que esse padrão de acumulação pode estar “corroendo” sua base produtiva, ainda de grande relevância em termos nacionais.

Cabe destacar que não é apenas a parcela da indústria extrativa relacionada à atividade petrolífera que possui relevância nacional. No total da indústria de transformação, o Estado do Rio de Janeiro ainda detinha a terceira maior participação no valor da transformação industrial (VTI) brasileiro em 2007, 7,5%. Como mostra a tabela 3, manteve-se um conjunto expressivo de ramos com 10% ou mais de participação no VTI brasileiro: Bebidas (10,0%), Editorial e Gráfica (14,0%), Farmacêuticos e Veterinários (12,8%), Metalurgia Básica (12,3%), Derivados de Petróleo e Álcool (17,9%), Borracha (11,1%) e Construção Naval (64,6%). Contudo, entre 1996 e 2007, as perdas relativas foram quase em todos os ramos desse conjunto principal, somente se excetuando Derivados de Petróleo e Álcool e Borracha. Além

⁴ Deve ser vista com cautela as expectativas que supõem um descolamento das adversidades do contexto nacional diante de alguns resultados parciais mais positivos. Sobre essa questão, uma recente Nota Técnica da FIRJAN (n.8/2011) já adotou um franco tom de entusiasmo.

dessas duas atividades, chama atenção o ganho relativo de Veículos Automotores.

Tabela 3 – Participação (%) fluminense no VTI nacional segundo Categorias de Uso e classes de gênero, 1996/2007 (Brasil =100%)

	1996	2002	2007
INDÚSTRIA EXTRATIVA	25,4	40,2	39,9
Extração de carvão mineral	-	-	-
Extração de petróleo e gás natural	-	-	75,1
Serviços na extração de petróleo e gás	31,7	-	70,8
Extração de minerais metálicos	0,01	-	-
Extração de minerais não-metálicos	9,1	4,9	6,1
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	8,1	7,6	7,5
Bens de Consumo Não Durável:	9,2	6,6	5,4
Produtos alimentícios	4,1	2,5	2,2
Bebidas	14,8	11,0	10,0
Fumo	0,9	0,1	0,5
Têxtil	3,9	3,1	2,3
Vestuário e artefatos de tecido	10,9	8,8	5,8
Mobiliário	3,0	1,9	1,8
Editorial e Gráfica	18,5	18,7	14,0
Diversas	13,8	6,2	4,9
Farmacêuticos e Veterinários	20,8	16,6	12,8
Perfumaria, sabões e velas	11,8	9,4	7,4
Couros, peles e calçados	2,8	1,3	0,9
Bens Intermediários:	10,1	9,4	10,4
Minerais Não-metálicos	7,5	7,3	5,6
Metalúrgica Básica	18,6	15,1	12,3
Produtos de Metal	9,3	6,2	6,3
Derivados de Petróleo e Álcool	13,2	14,4	17,9
Outros Produtos Químicos	8,8	7,3	7,2
Madeira	1,3	0,9	0,5
Papel e Celulose	3,7	1,6	2,6
Borracha	9,9	8,9	11,1
Matérias Plásticas	7,1	5,6	4,1
Reciclagem	15,6	5,4	4,5
Bens Consumo Durável e Bens de Capital:	3,2	5,6	5,2
Máquinas e equipamentos	3,5	3,0	3,8
Máquinas p/ Escrit. e Informática	0,2	38,4	0,8
Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto	8,2	10,4	8,8
Material Elétrico e Comunicações	3,8	3,8	2,2
Material Eletrônico	1,0	0,5	2,5
Veículos Automotores	1,1	4,9	5,2
Construção Naval	76,9	81,0	64,6

Outros Equip. Transporte	9,1	4,1	4,5
--------------------------	-----	-----	-----

Fonte: PIA/IBGE. Nota: (-) dados não disponíveis por sigilo

Em termos de categorias de uso, ao contrário do importante destaque que vem mantendo a produção fluminense de Bens Intermediários (BI) no VTI nacional, observa-se o preocupante retrocesso relativo no grupo de Bens de Consumo Não duráveis (BCND) e a errática evolução no grupo de Bens de Consumo Duráveis, junto com o de Bens de Capital (BCD+BK). Quanto a esse último, cabe ressaltar que, em grande parte esse resultado se deveu à recente desconcentração regional no Brasil da Construção Naval.

Segundo a ótica dos Padrões de Concorrência, o principal destaque é o considerável aumento de participação da produção fluminense de Commodities no VTI nacional. Como mostra a tabela 4, entre 1996 e 2007, seu peso praticamente dobra (passa de 7,8% para 15,2%). Cabe ainda ressaltar um fato inédito: historicamente irrelevante, o grupo de Duráveis e seus Fornecedores vem ganhando expressão nacional, condicionado pelo bom desempenho da produção automobilística.

Tabela 4 – Participação (%) fluminense no VTI nacional, segundo Padrões de Concorrência, 1996,2007 (Brasil=100%)

	1996	2002	2007
Commodities	7,8	7,0	15,2
Tradicionais	9,0	7,2	6,0
Difusores de Progresso Técnico	10,5	9,4	7,8
Duráveis e seus Fornecedores	1,0	3,8	4,1

Fonte: PIA/IBGE

Por ainda manter parcela significativa de sua importância econômica em termos nacionais, poderia parecer precipitado ou exagero apontar a existência de um processo de desindustrialização em curso. Nessa linha de raciocínio, a perda de relevância nacional de alguma atividade deveria ser encarada como a obsolescência esperada da parcela mais tradicional do tecido produtivo ou um mero reflexo da desconcentração econômica regional no Brasil. Por conseguinte, seguindo tal lógica, acabaria por se concluir que “o pior já passou” e a continuidade da crise estrutural brasileira não estaria

impedindo, aparentemente, a economia do Estado do Rio de Janeiro de sustentar vantagens estruturais consistentes apesar da maior densidade produtiva de economias vizinhas, como São Paulo e Minas Gerais.

Inversamente, é fundamental se reconhecer o risco presente de gerar uma crescente “estrutura oca”. Isso porque a base industrial fluminense vem perdendo sua histórica diversificação e passou a exibir uma tendência de especialização estrutural no período recente. Como mostra a tabela 5, apenas três setores representam metade da estrutura da indústria de transformação em 2007: Derivados de Petróleo e Álcool, Metalurgia Básica (que inclui Siderurgia), e Outros Produtos Químicos (que inclui Petroquímicos Básicos). Como reflexo do destaque das atividades na base dos complexos Metal-Mecânico e Químico-Farmacêutico, no mesmo ano, 60,4% se refere à produção de BI.

Tabela 5 – Estrutura (%) do VTI da indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro segundo Categorias de Uso e classes de gênero, 1996/2007

	1996	2002	2007
Bens de Consumo Não Durável:	45,9	29,7	23,1
Produtos alimentícios	7,2	4,6	3,8
Bebidas	6,8	4,5	4,5
Fumo	0,1	0,0	0,1
Têxtil	1,7	1,1	0,6
Vestuário e artefatos de tecido	3,2	1,9	1,5
Mobiliário	0,5	0,3	0,3
Editorial e Gráfica	11,7	8,5	5,6
Diversas	1,5	0,6	0,4
Farmacêuticos e Veterinários	9,5	6,1	4,9
Perfumaria, sabões e velas	2,7	1,8	1,3
Couros, peles e calçados	0,8	0,4	0,2
Bens Intermediários:	44,7	52,8	60,4
Minerais Não-metálicos	3,3	4,0	2,4
Metalúrgica Básica	12,9	14,6	13,7
Produtos de Metal	4,6	2,9	3,4
Derivados de Petróleo e Álcool	9,7	19,3	29,4
Outros Produtos Químicos	8,0	7,7	7,0
Madeira	0,2	0,2	0,1
Papel e Celulose	1,8	1,0	1,2
Borracha	1,7	1,4	1,8
Matérias Plásticas	2,5	1,7	1,3
Reciclagem	0,1	0,0	0,1

Bens Consumo Durável e Bens de Capital:	9,5	16,8	16,5
Máquinas e equipamentos	3,1	2,5	3,4
Máquinas p/ Escrit. e Informática	0,1	3,8	0,1
Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto	0,9	1,2	1,1
Material Elétrico e Comunicações	1,3	1,1	0,8
Material Eletrônico	0,4	0,2	0,6
Veículos Automotores	1,1	4,9	6,3
Construção Naval	1,8	2,0	3,2
Outros Equip. Transporte	0,8	1,1	1,1

Fonte: PIA/IBGE

Cabe advertir que o ciclo de crescimento da produção de BI depende da demanda por insumos básicos para a execução de outras atividades econômicas, ou seja, dependente do grau de encadeamentos gerados e da capacidade de impulsão recíproca entre os fluxos de produção. Contudo, a própria tendência de especialização estrutural conduz a uma maior necessidade de efeitos indutores externos à economia fluminense. Ou seja, a produção desses bens caracteriza-se por baixo potencial de dinamismo intra-industrial. Dessa forma, sua dinâmica produtiva fica mais associada à capacidade de resposta ao movimento mais geral da economia nacional e internacional (ainda que as atividades de serviços possam desempenhar um papel contracíclico, eventualmente).

Nos demais grupos por Categorias de Uso, as indústrias automobilística e naval foram as principais responsáveis pelo ganho de participação de BCD+BK. Já a grave retração do grupo de BCND se deve, em grande parte, às perdas relativas em alguns de seus principais segmentos entre 1996 e 2007: Produtos Alimentícios, Vestuário, Editorial e Gráfica, Farmacêutico, Perfumaria, Sabões e Velas (que incluem Cosméticos). Assim, configura-se um debilitamento no grupo industrial que detinha o maior peso na estrutura da indústria de transformação em 1996.

Segundo a ótica dos Padrões de Concorrência, a tabela 6 compara a evolução estrutural no Estado do Rio de Janeiro e no país para o período 1996/2007. Em 1996, a principal diferença era a diminuta expressão de Duráveis e seus Fornecedores, justamente o grupo industrial líder do histórico processo de industrialização brasileiro em sua fase mais avançada. Ao longo do período em análise, esse grupo conseguiu ganhos relativos na estrutura industrial fluminense (em especial, devido à introdução da

produção automobilística), embora continue com uma participação bem menor em comparação com a configuração nacional.

Tabela 6 – Estrutura do VTI da indústria do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil por Padrões de Concorrência, 1996/2007

	1996		2002		2007	
	RJ	BR	RJ	BR	RJ	BR
Commodities	33,4	33,2	42,5	43,1	65,7	43,4
Tradicionais	46,8	40,7	33,2	32,8	19,1	31,7
Difusores de Progresso Técnico	18,8	14,0	18,9	14,2	10,8	13,8
Duráveis e seus Fornecedores	1,5	12,1	5,3	9,8	4,6	11,1

Fonte: PIA/IBGE

Em 1996, o perfil fluminense estava mais vinculado a Tradicionais, que ainda representavam quase metade de sua base industrial. Não obstante essa concentração, o Estado do Rio possuía uma participação relativa de Difusores do Progresso Técnico superior àquela encontrada em termos nacionais. Diante da decadência da Construção Naval naquele momento (depois revertida), grande parte desse destaque se devia à Farmacêutica e à produção de Máquinas e Equipamentos. Por essa razão, merece ser ponderado o diagnóstico feito por alguns autores como Natal (2005a), Loureiro (2006) e Urani (2008), segundo o qual a indústria fluminense é vista como historicamente obsoleta e estruturalmente incapaz de se apropriar da ponta tecnológica. Contudo, é inegável a pouca articulação do tecido econômico diante da presença de uma das principais bases acadêmico-científicas do país.

Chama a atenção os movimentos em sentido inverso de Commodities e Tradicionais, tanto no Estado do Rio de Janeiro como no Brasil. Contudo, isso foi bem mais acentuado no caso fluminense. Ao invés de apenas uma reestruturação produtiva diante dos novos fatores de dinamização no contexto regional e urbano, nota-se uma perda da histórica diversificação de seu perfil. Em 2007, quase 2/3 da indústria fluminense já estava concentrada em Commodities.

Ressalta-se que esse fenômeno ganhou maior evidência após 2002, ou seja, quando se inicia o último ciclo de crescimento econômico brasileiro e a trajetória expansiva estadual se acelerou. Na medida em que a economia fluminense avança, a

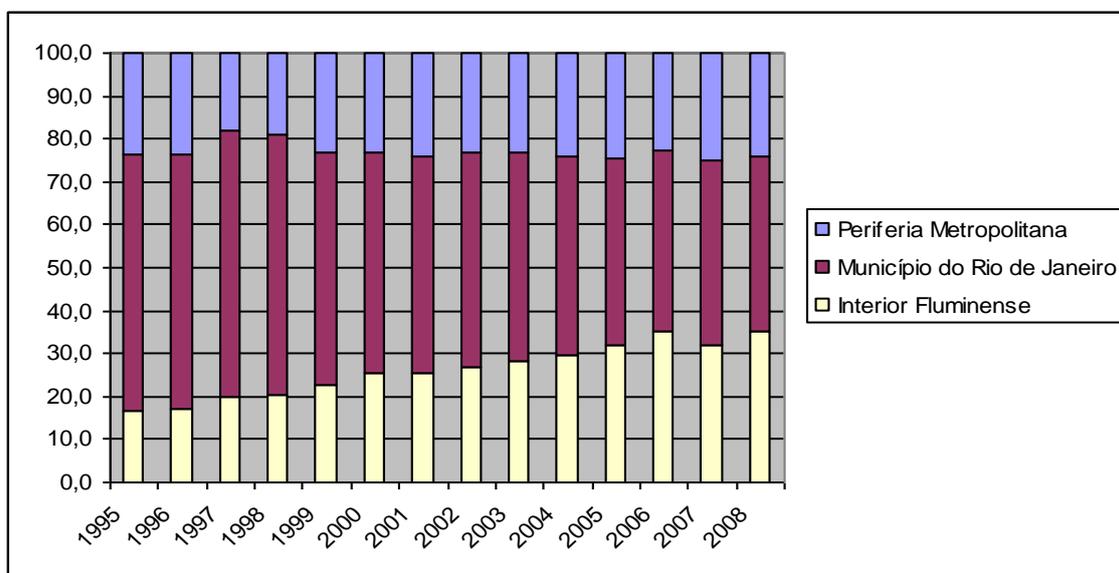
tendência de especialização estrutural se tornou mais gritante. Portanto, aparentes sinais de “sucesso” vêm acompanhados de um rastro de vulnerabilidades potenciais, passíveis de se manifestar ao cessar o surto ou impulso cíclico positivo desencadeado por um conjunto de grandes investimentos. Nesse sentido, a relativa “autonomia” conseguida pela sua produção de commodities industriais, reflete as contradições de seu padrão de acumulação, bem como da problemática nacional e sua respectiva crise estrutural.

Em suma, a industrialização fluminense se depara com uma encruzilhada: de tender a uma “estrutura oca” que só possui a competitividade em alguns segmentos, porém carente de capacidade dinâmica própria; ou, ao contrário, reverter para uma estrutura coerente, dotada de uma competitividade sistêmica e de um poder de arrasto produtivo. A segunda opção exige decidida intencionalidade e enfrentamento político ousado para que a lógica de decisões não seja baseada somente em iniciativas que visem aproveitar de uma vantagem em particular circunscrita oferecida, mas no planejamento sistemático da articulação econômica, através de políticas públicas que coordenem o investimento na produção e nas condições mais gerais, como na urbanização. Por isso, cabe discutir se a recente reorganização territorial no Estado do Rio de Janeiro vem permitindo uma maior integração socioeconômica.

3. Reorganização territorial fluminense segundo a ótica do papel desempenhado por sua região metropolitana

Os efeitos da crise estrutural brasileira são diferenciados entre as regiões do Estado do Rio de Janeiro. Novas fronteiras de acumulação foram surgindo no interior, à revelia do agravamento do quadro metropolitano e enfraquecimento de sua capacidade indutora. Por conseguinte, passou a ocorrer um aumento do peso do interior na economia estadual. Como mostra o gráfico 5, entre 1995 e 2008, sua participação no VAB estadual passou de 16,9% para 30,3%. É importante notar que esses ganhos relativos foram em detrimento do núcleo metropolitano, o Município do Rio de Janeiro (MRJ). Isso porque a periferia metropolitana continuou sendo um pouco menos que 1/4 do VAB estadual. Além disso, esse movimento de desconcentração econômica regional dentro do Estado do Rio de Janeiro se tornou errático nos últimos anos.

Gráfico 5 – Participação (%) do Município do Rio de Janeiro, periferia metropolitana e interior fluminense no VAB da economia do Estado do Rio de Janeiro, 1995/2008



Fonte: Anuários Estatísticos/Fundação CEPERJ para 1995/1998 e PIB Municipal/IBGE para 1999/2008

Nota: Considera-se Interior Fluminense a parcela do território estadual não contida na RMRJ

Apesar dessas ressalvas, o mesmo conjunto de autores, defensores de uma suposta “inflexão econômica positiva” enxergaram o limiar da organização de uma promissora rede urbana. Nesses trabalhos, algumas ponderações são realizadas, porém o saldo é reconhecido como positivo diante da suposta profundidade da reconfiguração territorial, o que se caracterizaria pela diminuição decisiva da “hipertrofia” do Município do Rio de Janeiro e pela geração de maiores oportunidades para a consolidação de polos regionais interioranos.

Interpretações dessa natureza apostaram que se está diante de uma nova regionalização em nível estadual. Esse enquadramento seria pautado por um processo virtuoso de interiorização econômica, no qual ocorre o fim do anterior “isolamento” e da “posição passiva” diante do polo dominante representado pelo MRJ. Apesar de reconhecer que existe uma Questão Regional e Urbana específica para o Estado do Rio de Janeiro e ainda não resolvida, a opção pelo otimismo levou a concluir que:

O que se está aqui (mais que) sugerindo é que as políticas de inspiração neoliberal, no caso do estado do Rio de Janeiro, no que tange à geração de riqueza social, não teriam sido geradoras tão somente de problemas (desemprego etc.), mas também “caminho” (importante) de “pavimentação” da relativa recuperação da economia do estado (NATAL e OLIVEIRA, 2007, p.45).

Inversamente, cabe enfatizar que o modelo liberal-periférico, ainda vigente no país, não oferece virtudes regionais e atrela aparentes “sucessos” econômicos a um rastro de vulnerabilidades potenciais, como o risco de configurar uma “estrutura oca”. Segundo Silva (2010, p.140): *“um processo de “interiorização” não se efetiva somente pelo aumento da participação do interior no produto interno estadual, (...), ou seja, os “ganhos” se apresentam mais em termos estatísticos que em termos de ampliação e adensamento urbano-econômico”*.

Diante disso, é preciso ter claro que o Estado do Rio de Janeiro é uma formação socioeconômica problematicamente (des)articulada diante de fatores de inércia resistentes à mudança, logo, precisando ação coordenada para desencadear sinergias mais profundas. Nota-se que o maior peso do interior na economia estadual ficou mais circunscrito ao elevado dinamismo da indústria extrativa. Por essa razão, o Norte Fluminense e as Baixadas Litorâneas foram os espaços sub-regionais que tiveram os ganhos relativos mais expressivos em termos de PIB municipal.

Apesar de suas perdas relativas, o MRJ continua exibindo um peso expressivo na economia fluminense em 2008 (40,8%). No mesmo ano, outras localidades da Região Metropolitana se destacaram também em termos estaduais: Duque de Caxias (9,8%), Niterói (2,8%), Nova Iguaçu (2,6%) e São Gonçalo (2,6%). Chama atenção que esses três municípios representam 73,5% do VAB da periferia metropolitana, o que sugere que se possui um potencial econômico restrito a algumas áreas isoladas no entorno do MRJ. Além disso, entre 1995 e 2008, somente Duque de Caxias e Itaguaí tiveram ganhos relativos. Respectivamente, isso demonstra que o potencial econômico está subaproveitado na maioria daquelas aglomerações destacadas, e vem despontado uma aglomeração na porção oeste candidata a uma contribuição mais significativa na economia fluminense.

A tabela 7 permite a análise da estrutura econômica em escala sub-regional pelo

VAB. Contudo, é importante fazer inicialmente algumas considerações metodológicas. Em primeiro lugar, cabe lembrar que a agropecuária tem um peso irrelevante na economia fluminense, em particular, na Região Metropolitana (não representa nem 1,0% de sua estrutura econômica). Por essa razão, ela não será analisada com maior detalhe. Todavia, é preciso ponderar que se trata de uma atividade importante localmente, em especial, para alguns municípios das regiões Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Serrana. Em segundo lugar, o IBGE ainda não divulga separadamente o cálculo do VAB da indústria de transformação em escala sub-regional e municipal. Somente é divulgado um conjunto composto pelas seguintes variáveis: indústrias extrativas e de transformação (Ind.), serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e construção civil (Const. Civil). Apesar de esse conjunto ser chamado de “Indústria” na pesquisa PIB Municipal, deve se advertir sobre sua composição heterogênea e deficiência conceitual.

Tabela 7 – Participação (%) de setores selecionados na estrutura do VAB nos municípios da RMRJ e sub-regiões, 1999/2008

	1999			2002			2008		
	Ind.+SIUP+Const.Civil	Serviços	Adm. Pública	Ind.+SIUP+Const.Civil	Serviços	Adm. Pública	Ind.+SIUP+Const.Civil	Serviços	Adm. Pública
Rio de Janeiro (A)	16,6	83,3	15,3	15,9	84,1	16,5	12,1	87,9	17,7
Faixa Metropolitana (B)	18,7	81,0	25,8	18,8	81,0	26,4	25,3	74,5	23,7
Porção Oeste:	16,7	82,6	26,0	15,1	84,3	26,7	10,9	88,6	28,7
Itaguaí	7,4	91,8	13,9	7,9	91,4	13,7	8,1	91,4	13,9
Japerigü	10,9	88,4	49,2	11,1	88,1	53,5	9,7	89,9	57,1
Paracambi	15,3	84,1	35,1	16,8	82,5	34,3	8,7	90,8	43,4
Quemados	32,8	67,0	26,0	25,7	74,0	31,7	18,0	81,9	41,5
Seropédica	17,0	81,5	42,1	23,2	75,6	39,1	15,2	83,4	44,8
Porção Norte:	21,9	78,0	26,3	21,5	78,4	25,6	32,2	67,7	20,5
Belford Rom	21,5	78,5	34,9	21,2	78,7	37,3	21,1	78,9	42,7
Duque de Caxias	31,6	68,4	17,0	29,1	70,9	14,7	44,8	55,2	9,5
Magé	12,7	85,9	36,2	12,3	86,4	39,6	9,6	89,2	43,5
Mesquita	-	-	-	11,1	88,9	40,8	9,9	90,1	42,1
Nilópolis	10,5	89,5	31,6	10,9	89,1	34,4	9,1	90,9	37,0
Nova Iguaçu	13,8	86,1	31,9	14,4	85,5	32,8	12,3	87,6	33,1
São João de Meriti	11,9	88,1	34,0	11,0	88,9	37,0	9,0	91,0	39,6
Porção Leste:	14,2	85,5	24,9	14,8	84,9	27,9	11,9	87,8	30,1
Guamirim	21,6	77,1	30,9	20,0	78,0	38,1	15,8	82,9	43,4
Itaboraí	15,6	83,9	35,3	17,7	81,9	38,8	12,3	87,3	41,9
Maricá	11,5	87,2	29,4	12,4	86,8	33,7	10,2	89,3	38,5
Niterói	12,0	87,8	18,0	12,7	87,1	19,6	11,6	88,2	21,0
São Gonçalo	16,0	83,6	29,1	16,1	83,6	32,6	12,0	87,7	35,2
Tanguá	15,7	83,3	42,3	18,8	80,2	42,4	14,8	84,2	49,2
Região Metropolitana (A+B)	17,3	82,6	18,5	16,8	83,1	19,7	17,0	82,9	19,9
Região Noroeste Fluminense	14,5	79,7	31,3	11,3	83,0	35,7	10,7	83,5	35,0
Região Norte Fluminense	47,4	49,7	18,0	65,2	33,2	12,1	79,2	20,3	7,7
Região Serrana	17,7	78,9	24,0	18,4	78,6	25,5	21,9	74,7	24,6
Região dos Baixos Litorâneos	31,9	66,3	23,4	53,1	45,8	18,7	66,6	32,9	13,6
Região do Médio Paraíba	40,8	58,2	16,8	42,5	56,6	17,0	41,0	58,4	15,9
Região Centro-Sul Fluminense	16,3	80,5	26,9	13,8	83,1	31,6	12,3	84,8	30,8
Região da Costa Verde	26,7	71,8	22,2	31,1	67,5	20,1	39,5	59,5	21,1
Estado	21,0	78,4	19,0	24,3	75,1	19,4	31,6	68,0	17,9

Fonte: PIB Municipal/IBGE. Nota: (1) Não se dispõem de dados de Mesquita separados de Nova Iguaçu para 1999. (2) Serviços inclui a Administração Pública.

Ciente dos problemas de mensuração do conjunto “Ind.+SIUP+Const.Civil” a partir dos dados divulgados pela pesquisa PIB Municipal, a seguir será realizada inicialmente uma análise da indústria de transformação aberta por Categorias de Uso, a partir de uma outra fonte: o PIB a preços básicos para o ano de 2006, estimado pela Fundação CEPERJ.

Como mostra a tabela 8, as únicas regiões interioranas com destaque maior são: Médio Paraíba (32,8%) e Serrana (4,2%). Afinal, a RMRJ ainda concentra 61,0% do PIB da indústria de transformação estadual, sendo que só o MRJ e Duque de Caxias representam juntos 55,0%. Portanto, fica claro que a base industrial fluminense permaneceu bastante concentrada em poucas áreas, sendo que sua dinâmica na periferia

da RMRJ ficou restrita a um pequeno número de municípios nas porções norte e leste.

Tabela 8 – Participação (%) de municípios da RMRJ e sub-regiões no PIB da indústria de transformação fluminense por Categorias de Uso, 2006

	BCND	BI	BCD + BK	Total
Rio de Janeiro (A)	72,7	21,8	22,3	33,6
Periferia Metropolitana (B)	11,9	36,2	13,2	27,4
Porção Oeste:	0,3	0,2	0,1	0,2
Itaguaí	0,0	0,0	0,1	0,0
Japeri	0,0	0,0	0,0	0,0
Paracambi	0,1	0,0	0,0	0,0
Queimados	0,0	0,1	0,1	0,1
Seropédica	0,1	0,0	0,0	0,0
Porção Norte:	8,4	35,0	3,4	24,5
Belford Roxo	1,4	2,1	0,0	1,7
Duque de Caxias	2,8	32,5	2,1	21,4
Magé	0,2	0,0	0,0	0,1
Mesquita	0,1	0,0	0,1	0,0
Nilópolis	0,2	0,0	0,1	0,1
Nova Iguaçu	3,4	0,2	1,1	1,1
São João de Meriti	0,4	0,1	0,0	0,2
Porção Leste:	3,2	1,1	9,7	2,8
Guapimirim	0,0	0,0	0,0	0,0
Itaboraí	0,1	0,1	0,0	0,1
Maricá	0,1	0,0	0,0	0,0
Niterói	0,2	0,2	9,4	1,5
São Gonçalo	2,7	0,7	0,2	1,1
Tanguá	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Metropolitana (A+B)	84,5	58,1	35,6	61,0
Região Noroeste Fluminense	0,9	0,2	0,3	0,3
Região Norte Fluminense	2,1	0,2	0,9	0,8
Região Serrana	5,4	0,4	18,9	4,2
Região das Baixadas Litorâneas	2,1	0,0	0,0	0,5
Região do Médio Paraíba	3,7	40,9	44,1	32,8
Região Centro-Sul Fluminense	1,2	0,1	0,2	0,4
Região da Costa Verde	0,0	0,0	0,0	0,0
Estado	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anuário Estatístico/Fundação CEPERJ. Nota: PIB a preços básicos

Nesse contexto, chama atenção a relevância que ainda possui a base industrial carioca. Por conseguinte, devem ser contestadas interpretações que criticam o processo de industrialização no MRJ como fruto de um modelo próprio que se tornou ultrapassado ou reflexo de alguma “vocação” perdida. Por exemplo, a tese sobre uma “ascensão” e “queda” de um modelo de industrializa o centralizado no MRJ

(OLIVEIRA, 2008), bem como a aposta que só resta para a economia carioca uma especialização em atividades de Serviço (URANI, 2008).

Segundo Osório (2010): “*ao ser analisado o peso do emprego, por setor de atividade, na cidade do Rio de Janeiro, verifica-se uma participação ainda significativa da atividade industrial na geração de empregos, principalmente nas Áreas de Planejamento 3 e 5*”. Além dessas áreas de planejamento citadas, destaque-se também a atividade industrial nas regiões administrativas de São Cristóvão (AP-1) e Jacarepaguá (AP-4). Portanto, não se desconsidera que a base industrial carioca sofreu forte regressão nas últimas décadas, mas é um equívoco condená-la como uma estrutura débil, fadada à obsolescência e reiterada “fuga” de indústrias. Inclusive, novos empreendimentos de porte estão se instalando em uma área conurbada com Itaguaí.

Em termos de estrutura, é importante notar a relação entre a configuração das principais bases industriais regionais e a tendência de especialização em termos estaduais apontada nas seções anteriores. Segundo a tabela 9, os dois principais espaços industriais possuem uma estrutura mais concentrada em BI, que corresponde a 60,0% da indústria de transformação do RMRJ e a 78,5% da indústria de transformação do Médio Paraíba. Quanto à RMRJ, isso se deve mais à periferia metropolitana, em particular, à Belford Roxo, Duque de Caxias e São Gonçalo, diante da sua relevância em termos estaduais (respectivamente, 80,4%, 95,6% e 41,1%). A principal razão é o peso da fabricação de Produtos Químicos. Embora a base industrial carioca seja mais diversificada, o grupo de BI também se destaca devido à atividade Metalúrgica e a fabricação de Produtos Químicos.

Esse quadro regional sugere que as condições estruturais de competitividade que já se reuniu para fortalecer os segmentos na base dos complexos Metal-Mecânico e Químico-Farmacêutico. Contudo, essas condições não evitaram que se mantivessem ainda esgarçados esses complexos. Embora a crescente especialização estrutural possa parecer uma forma de reestruturação necessária para a “inserção competitiva” na economia mundial, revela-se, em escala regional, um processo de desenvolvimento descoordenado, seguindo ao sabor de forças dispersivas. É preciso ter claro que, enquanto um conjunto de movimentos contraditórios se afirma, a desindustrialização em curso se desdobra em focos isolados de dinamismo, não obstante permita um ciclo de

grandes investimentos. Nesses termos, a manifestação de problemas estruturais se deve, em grande medida, ao tipo de dinamismo particular que integra seu esquema de desenvolvimento capitalista. Sendo assim, enfrentar suas adversidades exige reconhecer que se trata de um estilo de desenvolvimento específico, no qual reside a problemática (des)articulação do sistema econômico regional.

Tabela 9 – Estrutura (%) do PIB da indústria de transformação em municípios da RMRJ, sub-regiões e média estadual por Categorias de Uso, 2006

	BCND	BI	BCD + BK
Rio de Janeiro (A)	49,6	41,0	9,4
Periferia Metropolitana (B)	9,9	83,3	6,8
Porção Oeste:	33,1	56,9	9,9
Itaguaí	14,7	50,9	34,3
Japeri	5,1	94,9	0,0
Paracambi	98,9	1,1	0,0
Queimados	8,1	81,8	10,1
Seropédica	79,1	20,8	0,1
Porção Norte:	7,9	90,1	2,0
Belford Roxo	19,5	80,4	0,1
Duque de Caxias	3,0	95,6	1,4
Magé	71,3	18,6	10,1
Mesquita	56,0	15,1	28,9
Nilópolis	72,1	12,7	15,1
Nova Iguaçu	72,5	13,1	14,4
São João de Meriti	61,8	34,5	3,8
Porção Leste:	26,4	24,3	49,4
Guapimirim	31,8	67,2	1,0
Itaboraí	27,5	69,6	2,9
Maricá	78,2	21,8	0,0
Niterói	3,4	8,5	88,1
São Gonçalo	56,1	41,1	2,9
Tanguá	23,8	74,6	1,6
Região Metropolitana (A+B)	31,8	60,0	8,2
Região Noroeste Fluminense	61,6	27,9	10,5
Região Norte Fluminense	64,6	18,8	16,6
Região Serrana	29,7	6,6	63,8
Região das Baixadas Litorâneas	94,1	4,7	1,2
Região do Médio Paraíba	2,6	78,5	18,9
Região Centro-Sul Fluminense	72,1	20,1	7,7
Região da Costa Verde	31,6	3,4	65,0
Estado	22,9	63,0	14,1

Fonte: Anuário Estatístico/Fundação CEPERJ Nota: PIB a preços básicos

Após esse detalhamento sobre a indústria de transformação, cabe ainda tecer

algumas considerações a respeito da estrutura econômica como todo. Retornando à tabela 7, é revelador o fraco peso do conjunto “Ind.+SIUP+Const.Civil” em todos os municípios da RMRJ, que continuam mais concentrados em Serviços. Somente em Duque de Caxias e, em menor medida, Belford Roxo, aquele conjunto representou mais de 1/3 das respectivas estruturas econômicas em 2008. Isso sugere o relativo “vazio produtivo” que caracteriza, de um modo geral, a periferia metropolitana: nenhuma concentração industrial se mostra capaz de gerar efeitos indutores expressivos, a ponto de internalizar cadeias produtivas e promover maior integração socioeconômica no território.

Nota-se que o grande peso de Serviços em muitas estruturas econômicas municipais foi devido a uma dependência relevante da Administração Pública. Isso sugere o pouco potencial desses espaços econômicos, como se atesta a pior situação do Noroeste Fluminense e do Centro-Sul Fluminense. Na periferia da RMRJ, quase todos os municípios possuem, no mínimo, 1/3 de sua estrutura econômica representado pela Administração Pública em 2008. As únicas exceções foram Itaguaí, Duque de Caxias e Niterói. Em grande medida, isso se explica pelo primeiro ser uma centralidade econômica em formação para a porção oeste da periferia metropolitana e os dois outros serem já centralidades econômicas destacadas, respectivamente, nas porções norte e leste da periferia metropolitana. Apesar de ainda apresentar uma estrutura econômica débil no período em análise, Itaboraí pode ser considerada uma centralidade potencial para a porção leste. Isso porque vem passando por uma intensa reconfiguração nos últimos anos, com as expectativas que cercam a implantação do COMPERJ pela Petrobras (embora, alerta-se que existem grandes indefinições sobre o projeto).

No geral, é preciso serem encaradas com cautela as “virtudes” desse processo recente de transformações na forma de organização da RMRJ. A tabela 10 apresenta um indicador da densidade econômica e do emprego em 2010, com base na relação Emprego Formal no Setor Privado / População Economicamente Ativa (PIA). Comparando os municípios das periferias das regiões metropolitanas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, observa-se que quase a totalidade das piores posições se refere à periferia da RMRJ, evidenciando as menores oportunidades de emprego e renda para a população local. Em certa medida, Niterói e Duque de Caxias são exceções,

afinal são municípios que possuem já centralidades econômicas mais destacadas. De um modo geral, o resultado sugere que ainda é considerável o descompasso entre o local de residência da população e a localidade dos postos de trabalho de melhor qualidade (formais) em escala metropolitana.

Tabela 10 – Ranking do peso do Emprego Formal no setor privado na População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios das periferias da RMSP, RMBH e RMRJ, 2010

	Município	Região Metropolitana	Emprego formal no Setor Privado	PIA 2010	Emp. formal setor Privado/ PEA
1	Barueri	RMSP	230.780	204.324	112,9
2	São Caetano do Sul	RMSP	108.009	135.145	79,9
3	Cajamar	RMSP	38.537	53.912	71,5
4	Santana de Parnaíba	RMSP	54.177	92.080	58,8
5	Cotia	RMSP	70.999	170.170	41,7
6	Nova Lima	RMBH	29.268	70.725	41,4
7	São Bernardo do Campo	RMSP	267.629	665.592	40,2
8	Poá	RMSP	32.307	90.376	35,7
9	Niterói	RMRJ	153.719	437.791	35,1
10	Mairiporã	RMSP	12.591	36.772	34,2
11	Contagem	RMBH	176.899	522.788	33,8
12	Diadema	RMSP	105.447	328.851	32,1
13	Betim	RMBH	101.974	319.906	31,9
14	Santo André	RMSP	181.339	595.774	30,4
15	Guarulhos	RMSP	303.740	1.035.020	29,3
16	Arujá	RMSP	18.265	63.388	28,8
17	Caieiras	RMSP	20.957	73.646	28,5
18	Pedro Leopoldo	RMBH	13.542	50.952	26,6
19	Mogi das Cruzes	RMSP	85.940	330.232	26
20	Taboão da Serra	RMSP	52.597	207.749	25,3
21	Osasco	RMSP	143.835	573.866	25,1
22	Lagoa Santa	RMBH	9.877	45.237	21,8
23	Duque de Caxias	RMRJ	158.068	729.964	21,7
24	Santa Isabel	RMSP	8.952	43.147	20,7
25	Ribeirão Pires	RMSP	19.976	98.651	20,2
26	Embú	RMSP	40.818	201.779	20,2
27	Suzano	RMSP	43.657	222.652	19,6
28	Mauá	RMSP	62.327	357.586	17,4
29	Jandira	RMSP	14.728	91.343	16,1
30	Itapecerica da Serra	RMSP	19.494	128.292	15,2
31	Santa Luzia	RMBH	25.276	171.945	14,7

32	Itapevi	RMSP	23.750	166.184	14,3
33	Vespasiano	RMBH	11.814	87.847	13,4
34	Itaquaquecetuba	RMSP	34.855	266.055	13,1
35	São João de Meriti	RMRJ	48.753	394.891	12,3
36	Itaboraí	RMRJ	22.797	187.087	12,2
37	Ferraz de Vasconcelos	RMSP	16.179	141.379	11,4
38	Nova Iguaçu	RMRJ	77.780	680.963	11,4
39	Carapicuíba	RMSP	35.665	312.726	11,4
40	Sabará	RMBH	11.638	107.785	10,8
41	Nilópolis	RMRJ	14.211	137.435	10,3
42	Franco da Rocha	RMSP	11.562	111.891	10,3
43	Queimados	RMRJ	11.791	116.645	10,1
44	São Gonçalo	RMRJ	87.465	874.806	10
45	Ibirité	RMBH	12.479	133.271	9,4
46	Ribeirão das Neves	RMBH	23.162	248.682	9,3
47	Itaguaí	RMRJ	2.193	23.813	9,2
48	Seropédica	RMRJ	6.089	66.945	9,1
49	Esmeraldas	RMBH	4.218	50.351	8,4
50	Mesquita	RMRJ	12.059	145.109	8,3
51	Magé	RMRJ	13.735	193.058	7,1

Fonte: RAIS/MTE

Nota: Foram considerados somente os municípios com 50 mil ou mais habitantes das periferias da RMSP e RMBH

Nesses termos, a superação parcial do estigma de “cidade-dormitório” da periferia da RMRJ, não deve impedir que se enfatize o seu relativo “vazio produtivo”. A despeito dos efeitos positivos provocados pela expansão de atividades de serviços, julga-se como um exagero considerá-la isoladamente como um processo virtuoso, capaz de permitir que essa parcela do território ganhe plenamente o *status* de “lugar de trabalho” e logre romper com sua condição de periferia (LAGO, 2010). Afinal, as forças polarizadoras que surgiram como alternativas ao núcleo metropolitano ainda não configuraram um território dinâmico em sua totalidade. Como ressaltou Ribeiro (1999, p.15): “*a economia metropolitana fluminense vem historicamente apresentando sinais de uma terceirização deformada por não refletir o avanço de uma divisão do trabalho, nem em nível metropolitano e tampouco regional (...)*”.

Esse diagnóstico sobre a falta de maiores nexos regionais nos atuais fatores de dinamização do interior fluminense é semelhante ao que chegaram Ajara (2006), Silva (2010), Ruiz e Pereira (2009) e Lemos et al. (2003). Comparando com São Paulo, esse último artigo chamou atenção para a menor competitividade sistêmica do Estado do Rio

de Janeiro:

Graças aos efeitos de transbordamento e acessibilidade, as áreas próximas de influência direta do polo de São Paulo possuem vantagens de forte integração industrial intra-regional. Tais vantagens são decorrentes da integração geográfica intersetorial e da escala urbana, capazes de ofertar um amplo espectro de serviços superiores ligados à produção industrial, como infraestrutura de conhecimento, havendo, neste caso, uma efetiva rede de cidades economicamente integradas. No caso do Rio de Janeiro, essas vantagens reveladas de integração produtiva do todo regional são fortemente restringidas, já que suas áreas de influência possuem especializações fragmentadas que não surgem, historicamente, de um transbordamento do lugar central original, o que traz uma grande heterogeneidade intra-regional (LEMOS et al., 2003, p.698).

Do mesmo modo, Lemos et al. (2005) mapearam as áreas industriais mais significativas do país. Quanto ao Estado do Rio de Janeiro, os autores avaliaram que aquela área que é nucleada por sua capital possui um limitado poder de articulação produtiva:

Chama a atenção a pequena extensão geográfica e o tamanho da aglomeração industrial do Rio de Janeiro, já que este ainda cumpre um papel de centralidade urbana para o conjunto do território nacional. Limita-se a sete municípios de sua área metropolitana, incluindo Petrópolis. Com exceção de Duque de Caxias, o tamanho do VTI dos cinco outros municípios é pequeno, muito inferior ao observado para os municípios do entorno metropolitano das aglomerações metropolitanas sulinas. Além disso, seria forçado supor a aglomeração de Volta Redonda, uma extensão geográfica da aglomeração carioca, já que suas composições setoriais não são complementares. Pelo seu nível de complementaridade produtivo-setorial, seria também mais plausível considerar Volta Redonda uma fronteira em expansão do nordeste de São Paulo ao longo da Via Dutra, com possíveis complementaridades à indústria metal-mecânica de São José dos Campos (p.350-351).

Diante disso, é questionável considerar a expectativa de unificação das malhas urbanas entre as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo em prol de uma Megalópole no Sudeste brasileiro (URANI, 2008)⁵. Essa proposta possui dois equívocos

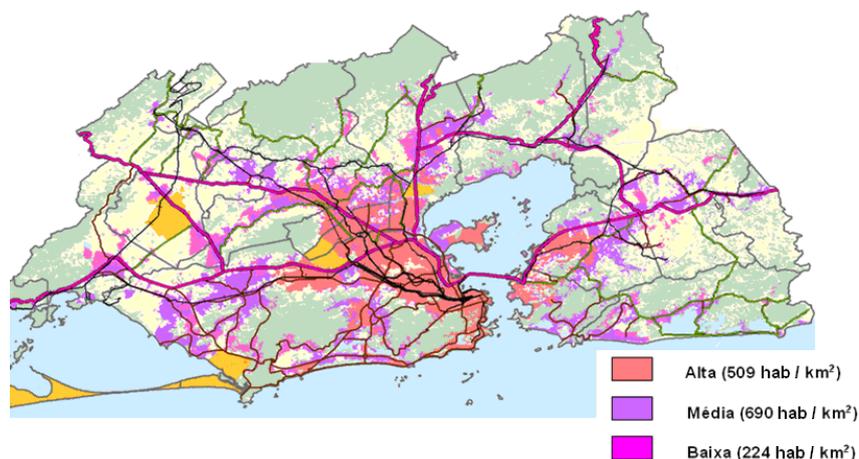
⁵ Segundo esse autor, “*uma megalópole é comumente definida como uma extensa região urbanizada, pluripolarizada por metrópoles conurbadas; nesse sentido, mais do que uma “megametrópole”, trata-se de uma conurbação de metrópoles*”. Em sua caracterização podia se pensar um território ainda maior em direção a Campos dos Goytacazes (Estado do Rio de Janeiro), Campinas (Estado de São Paulo) e Juiz de Fora (Minas Gerais).

fundamentais. Em primeiro lugar, desconsidera as diferenças entre os espaços de metropolização paulista e fluminense. No Estado São Paulo, ocorreu um espraiamento produtivo para seu interior. Isso configurou uma aglomeração densa e polinucleada sobre uma área que se estende para as regiões de Sorocaba, Campinas, Jundiaí, São José dos Campos e Baixada Santista. Inversamente, no Estado do Rio de Janeiro a economia do núcleo metropolitano possui relativa independência da situação de sua hinterlândia, a qual lhe é tributária. Essa região não goza de um espraiamento produtivo elevado e ainda dispõe de poucas centralidades alternativas, basicamente restritas às funções urbanas.

Em segundo lugar, os critérios de regionalização dessa suposta megalópole no Sudeste não tratam adequadamente as polarizações existentes, obscurecendo importantes hierarquias e assimetrias históricas no processo de integração e consolidação do mercado interno brasileiro. Essa questão é crucial para o entendimento dos limites estruturais da economia fluminense, em particular, sua condição periférica na divisão inter-regional do trabalho.

Por conseguinte, não cabe o imediatismo de soluções prontas com desatenção à natureza da desindustrialização em curso. Reafirma-se que o cerne da questão reside na problemática (des)articulação do sistema econômico regional. Nesse sentido, é preciso ter claro que a problemática metropolitana é uma dimensão fundamental. Cabe lembrar que a organização histórica das parcelas mais dinâmicas do território fluminense configurou um tecido urbano esgarçado sobre uma fronteira móvel, com contrastes espaciais e sociais acentuados pela limitada divisão do trabalho no contexto regional. Como mostra o mapa 1, esse processo ficou marcado por uma mancha urbana caracterizada por áreas densamente ocupadas, que se alongam, incorporando novas áreas de ocupação, seguindo o trajeto das principais rodovias e ferrovias. Em contraponto, permanecem vazios intercalados por uma ocupação agropastoril geralmente de baixa produtividade.

Mapa 1 – Densidade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007



Fonte: Tecnosolo (com base em interpretações de imagens de satélite)

Nota: Espaços em amarelo escuro são áreas institucionais da esfera governamental

Ao invés do adensamento produtivo, torna-se evidente a força da especulação imobiliária-fundiária conduzindo esse alargamento do perímetro urbano, reproduzindo o quadro de desigualdades sociais em uma escala maior. Por conseguinte, a universalização dos serviços coletivos e infraestruturas essenciais ficam travadas pela expansão desenfreada de áreas centrais expandidas (em grande medida, de forma predatória em termos ambientais). Esse caráter “extensivo” da ocupação territorial se torna mais preocupante ao estar associado a uma tendência de reafirmação do esgarçamento territorial diante de um tecido urbano ainda pouco denso produtivamente, mas com marcada segregação na apropriação e sobrecarga no uso de algumas porções do espaço. É preciso ter claro que continua a ser um grande desafio o fortalecimento de um sistema de forças produtivas a partir da plena consolidação de centralidades como núcleos de complexos logístico-produtivos.

Considerações finais

Ao invés de gozar de uma “inflexão econômica positiva”, o período recente é marcado pelo exercício descoordenado de forças poderosas no território fluminense, ocasionando pressão sobre recursos escassos e subutilização de recursos disponíveis. Por conseguinte, as novas fronteiras de acumulação surgem à custa de um rastro de

vulnerabilidades potenciais.

Em particular, verificam-se os desdobramentos de um processo de desindustrialização, com o risco de conformar uma estrutura produtiva crescentemente “oca” a partir da tendência à especialização estrutural e reprimarização da pauta exportadora. Cabe lembrar que essa tendência é verificada também em termos nacionais. Por essa razão, os fatores de dinamização econômica presentes no Estado do Rio de Janeiro podem ser considerados desdobramentos da crise estrutural brasileira, ao invés de sinais de resistência às adversidades recorrentes.

No contexto regional e urbano, ao contrário de um processo de interiorização da economia fluminense, ganha evidência o relativo vazio produtivo em diversos espaços periféricos diante da “porosidade” na formação regional das cadeias produtivas. Ao invés da maior integração socioeconômica, tende a se configurar um “território de passagem” de fluxos de cargas transitórias. Isso reflete o exercício de lógicas de acumulação desencontradas que se sobrepõe com pouca interpenetração em um tecido urbano esgarçado. O dinamismo fica resumido a um conjunto disperso de especializações setoriais sem visão de conjunto, pouco capacitado a engendrar coerências e unidade de ações.

Inversamente a esse diagnóstico, expectativas positivas vêm contagiando a sociedade carioca e fluminense nos últimos anos. Desconsiderando a crise estrutural brasileira e a especificidade da desindustrialização em curso, comemora-se apressadamente a possibilidade da economia do Estado do Rio de Janeiro se aproximar do desempenho nacional. Nesse sentido, ganha grande repercussão análises que se limitam às manifestações mais superficiais – a capacidade de crescimento – em lugar de revelar suas limitações estruturais: um desempenho marcado por lógicas desencontradas que se sobrepõem com pouca interpenetração em um tecido urbano esgarçado.

Lembrando Celso Furtado, Brandão afirma que (2012, p.2): “*o que distingue os processos de crescimento e desenvolvimento é que o primeiro acaba escondendo interesses e o segundo exige revelá-los e friccioná-los*”. O atual discurso regionalista abandona a nostalgia da época de capital nacional e os ressentimentos passados que sustentavam o reconhecimento do esvaziamento econômico. Isso porque aposta que agora se está liderando um momento de renascimento ou reinvenção de sua trajetória,

no qual toda a sociedade é chamada a “somar forças”.

Por conseguinte, busca se consolidar um consenso sobre o rompimento da fase de decadência e o limiar de um novo cenário de grandes oportunidades (URANI E GIAMBIAGI, 2010). Qualquer notícia referente a novos investimentos reacende o otimismo sobre um “momento único” para o resgate do protagonismo, embora com uma natureza diferente. Especificamente, o que está em jogo na postura atual das elites dominantes locais não é a defesa da economia fluminense como epicentro da retomada de um projeto nacional, mas como uma “marca” competitiva internacional. Nesse sentido, sua preocupação principal não demonstra ser o enfrentamento do subdesenvolvimento, mas sim completar uma transição que responda e dê vazão à transnacionalização do território nos circuitos da globalização financeira e produtiva (enquanto um “polo mundial de negócios”).

Contudo, o atual padrão de acumulação não está conduzindo a uma reestruturação necessária que ative as potencialidades ocultas/latentes e conduza a uma competitividade sistêmica. Ao contrário, aproveita-se de uma brecha aberta para a expansão de atividades associadas à tendência recente de especialização da estrutura produtiva e reprimarização da pauta exportadora em nível nacional.

Ao invés de apostar em suposta “revocação” ou reinvenção do Rio de Janeiro, deve ser buscada a consolidação de complexos logístico-produtivos a partir de novas centralidades econômicas, em particular na periferia metropolitana. O erro na estratégia estadual vigente é a insistência em direcionar os esforços políticos para os efeitos mais aparentes e imediatos sobre as decisões empresariais sem se ater às contradições do padrão de acumulação que sustenta seu processo de crise e recuperação econômica errática.

Referências Bibliográficas:

AJARA, C. . Configurações econômico-espaciais no Estado do Rio de Janeiro. In: Oliveira, J. M. P. S. et al. (Org.). *A ENCE aos 50 anos: um olhar sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 27-62.

BRANDÃO, C.A. Prefácio. In: Silva, R. D. . *Estrutura industrial e desenvolvimento*

regional no Estado do Rio de Janeiro (1990-2008), 2012 (livro no prelo).

LAGO, L. C. . A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. In: Santos, A. M. S. P. et al. . *Rio de Janeiro : um olhar socioespacial*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010, p.133-153.

LEMOS, M. B. et al. . *A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica*. Revista de Estudos Econômicos (USP). São Paulo, v.33, n.4, 2003, p.665-700.

LEMOS, M. B. et al. . A organização territorial da indústria no Brasil. In: Negri, J. ; Salerno, M. S. . (Org.). *Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras*. Brasília: IPEA, 2005, p. 325-363.

MOTA, F. M. . *Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)*. Tese de livre docência. IE/ UNICAMP, 2010.

NATAL, J. L. . Inflexão econômica positiva e dinâmica regional. In: Natal, J. L. (org.) *O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica. Rede urbana e questão social*. Rio de Janeiro: Faperj-Publicati, 2005, p.43-61.

_____. *Recuperação Econômica e Desenvolvimento Regional no Estado do Rio de Janeiro: a problemática inflexão econômica pós-1996 e sua ambiguidade espacial*. Nova Economia. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, v.14, n.3, 2004, p.71-90.

NATAL, J. L.; OLIVEIRA, A. .Questão regional, Estado e Desenvolvimento no século XX: “olhares” fluminense a partir dos “interesses do Rio. In: Natal, J. L. *O Rio discriminado?* (pelo Governo Federal). Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2007, p.13-50.

OLIVEIRA, F. J. G. . *Reestruturação produtiva, território e poder no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

OSORIO, M. *Características e evolução recente do emprego e da economia carioca e metropolitana*. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP, n.2423, 2011.

_____. *Estado do Rio de Janeiro: estagnação e rumos de reversão*. Jornal dos Economistas. Rio de Janeiro: CORECON/RJ, n.224, 2008, p.3-5.

_____. *Estado do Rio de Janeiro: trajetória e perspectivas*. Revista de Economia Fluminense. Rio de Janeiro: Fundação CEPERJ, v.7, 2007, p.50-54.

RIBEIRO, L. C. Q. . *Transformações da Estrutura socioespacial: segmentação e*

polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cadernos Metr pole. São Paulo: PUC/SP, n.1, 1999, p.13-42.

ROSENDO, R. C.; BRITTO, J. N. P. . *Evolu o da Densidade Industrial do Estado do Rio de Janeiro: Análise Comparativa com os Estados do Sudeste Brasileiro - 2000/2005*. XXXIX Encontro Nacional de Economia. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

RUIZ, R. M.; PEREIRA, F. B. . *Estrutura e Dinâmica Espaço-Temporal das Metr poles Brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

SILVA, R. D. . *Estrutura industrial e desenvolvimento regional no Estado do Rio de Janeiro (1990-2008)*. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 2009.

SOBRAL, B. L. B. . *O ponto cego no desenvolvimento fluminense: entre a estrutura oca e os complexos produtivos*. Revista de Economia Fluminense. Rio de Janeiro: Funda o CEPERJ, v.9, 2010, p.16-19.

_____. *Limites ao Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: Aspectos Estruturais de seu Processo de Industrializa o no período recente*. Econômica. UFF, v.11, n.2, 2009, p.133-154.

TAVARES, M.C. *Acumula o de capital e industrializa o no Brasil*. Campinas, Editora do IE-Unicamp, 1998.

URANI, A. . *Trilhas para o Rio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2008.

URANI, A.; GIAMBIAGI, F.. (Org.). *Rio - A Hora da Virada*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011